

## AS DIFERENÇAS TEÓRICAS DOS TERMOS CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

Tito Jerónimo Adalberto Alfaro Serrano, (UNESPAR- Fecilcam), talfa5@hotmail.com

**RESUMO:** O presente artigo traça a trajetória histórica do pensamento econômico, partindo de matrizes diferentes sobre a temática do crescimento econômico e de questões conexas com o desenvolvimento regional. A discussão sobre as diferenças teóricas dos termos crescimento e desenvolvimento econômico partem inicialmente da principal preocupação do economista clássico Adam Smith na sua abordagem sobre as diferenças de crescimento econômico entre as nações. Assim, abordaremos os aspectos teóricos econômicos a partir das ideias já construídas como elementos legítimos para este estudo, e por ser um tema que também vem sendo estudado constantemente por sua expressiva relevância na abordagem das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais provenientes do processo global de mudanças. O objetivo geral do trabalho será o de compreender as diferenças teóricas que marcam o desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países e das regiões, procurando explorar as origens históricas do atraso econômico e da pobreza. O principal argumento para a construção deste trabalho é analisar o estado do desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países e das regiões a partir das potencialidades que podem ser vinculadas ao crescimento econômico parcialmente necessário, porém, não suficiente para o desenvolvimento socioeconômico.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Crescimento econômico; Desenvolvimento; Subdesenvolvimento.*

### INTRODUÇÃO

O tema sobre crescimento e desenvolvimento vem sendo debatido tanto na atualidade como em outros períodos históricos, devido a sua expressiva relevância, tendo em vista as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que marcam o processo de globalização que nas últimas décadas se caracteriza pela desigualdade entre os países e regiões do mundo, entre os quais se encontram os da América latina, apresentando relativa dificuldade para superar as condições históricas e socioeconômicas pelo pouco crescimento econômico, que se manifesta em subdesenvolvimento.

Dessa forma, por tratar-se de uma abordagem histórica é necessário incluir neste estudo o desenvolvimento econômico por ser um fator interligado as relações econômicas tanto sociais como de produção. Bresser Pereira (2008) considera que o desenvolvimento econômico atende indiretamente objetivos políticos, mas diretamente, os que a sociedade busca, como a criação de um espaço de proteção, liberdade e justiça social. Assim também, Celso Furtado (2000) não separa desenvolvimento de desenvolvimento econômico, entretanto, o distingue de crescimento de forma restrita, considerando que o desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a.

Outro elemento teórico do trabalho é o conceito clássico de crescimento econômico, que é entendido como sinônimo de desenvolvimento, porém, a distinção clara entre os dois conceitos é que

leva a interpretação assimétrica, já que o conceito de crescimento não se vincula necessariamente ao bem-estar econômico e social, bem como à melhoria da vida da população.

Não se pretende analisar as bases teóricas clássicas ou os modelos neoclássicos de crescimento econômico que até os anos de 1980 do século passado, mantiveram a preeminência na explicação do crescimento pela renda *per capita* ou dos componentes dos desníveis de renda entre países pobres e ricos. Esse modelo de crescimento, no longo prazo, vincula o avanço técnico com particularidades exógenas, porém, não identifica os componentes que primam o princípio do desenvolvimento por meio do crescimento econômico e não destaca também as desigualdades de renda diante do crescimento econômico e dos efeitos das políticas econômicas, inclusive numa dimensão histórica.

De acordo com Santos (1996); Furtado (2000) e Myrdal (1968) vários podem ser os fatores que concorrem para o subdesenvolvimento, um deles é o geográfico, uma vez que quase todos os países subdesenvolvidos encontram-se na zona tropical, ou isolados por grandes cordilheiras. Do ponto de vista interno dos países, o subdesenvolvimento também pode ser atribuído aos sistemas políticos ineficazes, às diferenças sociais tradicionais, às lutas e guerras internas. Já a causa externa atribui-se a colonização feita por países desenvolvidos e, conseqüentemente, à estrutura precária econômica em que se encontram vários países da América Latina, por causa do não aproveitamento das forças produtivas.

Agregam-se também, a esses fatores internos o analfabetismo, a estrutura agrária, a tradicional atitude da população, a baixa divisão do trabalho e a falta de comunicação e infraestrutura. Estes são parcialmente responsáveis pelo subdesenvolvimento. Por conseguinte, a mudança destes fatores poderá ser a estratégia para o caminho do desenvolvimento. Os países que atingiram estágios de industrialização servem como modelo para a economia e sociedade e este modelo, será alcançado mais cedo ou mais tarde, pelos países ou regiões que superem as estruturas em que se encontram.

A falta de desenvolvimento é uma situação que caracteriza pobreza e atraso, sua análise está ligada às ciências sociais, aproximando-se mais, aos movimentos sociais de aspiração coletiva na busca do desenvolvimento. O subdesenvolvimento no mundo moderno que integra essa pobreza institucionalizada aumenta a frustração de necessidades materiais que repercute em conseqüências negativas.

A dialética do desenvolvimento e subdesenvolvimento surge ao mesmo tempo e, ambos, apresentam ligações comuns entre os fenômenos causadores dos problemas sociais. Esses problemas considerados decorrentes de fatos históricos atribuíam ao subdesenvolvimento causas relacionados ao passado econômico, com isso, enfatizavam-se as características de atraso e miséria, que estavam fortemente ligadas aos países que de forma oposta, apresentavam crescimento econômico sustentado

como consequência de etapas de produção capitalista. Esta situação é não evidente, porém, admissível diante da dificuldade com que a sociedade tropeça no desenvolvimento comunitário ou de integração socioeconômica.

As características de alguns países da América Latina, onde as desigualdades sociais e de renda são marcantes, são situações vinculadas ao subdesenvolvimento. De modo geral, essas causas são decorrentes de mecanismos inadequados de implantação de políticas públicas, de direcionamento estratégico ou de visão de gestão pública que carecem de instrumentos de aplicação econômica para gerar oportunidades de emprego e renda para a sociedade. Diante disso, faz-se necessário incorporar no processo de desenvolvimento, mudanças estruturais como agentes de transformação social, cultural e econômico.

O trabalho aborda as questões de subdesenvolvimento e desenvolvimento, tentando explorar suas raízes históricas, a fim de obter uma visão geral do assunto e a sua importância no contexto atual. Como argumento presente em todo o desenvolvimento do texto, procura-se demonstrar que o desenvolvimento não é apenas crescimento econômico, pois envolve mudanças estruturais de caráter econômico, tecnológico, político, social e cultural complementares para o desenvolvimento.

## **AS BASES HISTÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO E DO SUBDESENVOLVIMENTO**

A temática do desenvolvimento está presente na história do pensamento econômico desde a economia política clássica passando por Marx e Schumpeter e chegando até os nossos dias. O desenvolvimento tornou-se uma expressão da reivindicação de objetivos comuns, como algo possível, desejável e almejado pelas comunidades. Contudo, esse anseio, está sujeito às delegações da comunidade global que, em última instância, definem as prioridades e metas a serem atingidas. Um problema identificado é a necessária clareza teórica entre o desenvolvimento como uma categoria filosófica para a compreensão da natureza e da sociedade em um estado constante de movimento e mudança.

O crescente interesse despertado pelas pesquisas relacionadas às perspectivas de transformação econômica e social dos países em desenvolvimento foi dando origem ao que tem sido chamado de economia do desenvolvimento, ou seja, uma área da economia que se dedica ao estudo dos principais problemas que enfrentam as economias do Terceiro Mundo (RABELO, 2004).

Em geral, na economia neoclássica, os métodos e as teorias desenvolvidos são válidos para todos os países, sejam eles de economias desenvolvidas ou subdesenvolvidas, defendendo-se assim, que o comportamento dos agentes responde da mesma maneira diante de incentivos propostos. Porém, há a necessidade de criarem-se ferramentas de análise específicas para as economias subdesenvolvidas

pelas diferenças regionais, inclusive no mesmo país, não pelas forças naturais, mas sim, por razões históricas como o colonialismo político e econômico que mantiveram essas regiões a margem à pujança evolutiva da economia mundial.

Para Furtado (1961, p.191), a etapa superior do subdesenvolvimento só pode ser alcançada pela diversificação do núcleo industrial, onde a autonomia de produção própria de alguns equipamentos em decorrência da sua capacidade produtiva forme um núcleo dinâmico principal e que não seja regulado pelo mercado interno. Sintetiza-se esta ideia da seguinte maneira: “O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”. Com essa percepção, entende-se que o núcleo industrial deve ser diversificado, com vistas a produzir bens de capital necessários para seu próprio crescimento.

De modo indubitável, a necessidade do desenvolvimento econômico é contestada por economistas neoclássicos e admitida a existência por outros poucos. Em geral, a economia neoclássica, bem como os métodos e teorias desenvolvidos por ela, são válidos para todos os países, seja para países com economias desenvolvidas ou para as subdesenvolvidas, por seus autores entenderem que o comportamento dos agentes irá responder da mesma maneira para os incentivos propostos. Porém, há necessidade de criar ferramentas de análise específicas para as economias subdesenvolvidas, fazendo-se necessário destacar que em ambos os casos, trata-se de acordo com a tradição neoclássica, de aplicar essas ferramentas de análise para resolver os problemas dessas economias (Idem).

A forma como uma sociedade passa a condicionar o desenvolvimento econômico das regiões tem suas raízes no século XVIII, ou seja, a gênese da formação do subdesenvolvimento proveniente do aparecimento do núcleo industrial na Europa caracterizado pela “desorganização da economia artesanal pré-capitalista”, em primeiro lugar pela oferta elástica<sup>1</sup> de mão-de-obra, que em um segundo momento se esgota pela desarticulação da “economia pré-capitalista” exigindo uma reorientação da tecnologia (FURTADO p. 179, 1961).

Para o mesmo autor, o desenvolvimento da economia industrial se expande por vários fatores, entre eles a existência de terras desocupadas que gera novos territórios em decorrência da emigração das populações favorecidos pela abundância de recursos naturais e pelas técnicas e hábitos do consumo europeu, alcançando níveis de produtividade e renda bastante altas, o que explica os elevados níveis de vida comparados com os países da América Latina.

<sup>1</sup> Liberação de mão-de-obra mais rápida que a absorção.

Furtado (1974) na sua visão estruturalista, contrariamente a uma visão marxista do processo histórico, discute as classes sociais, os níveis de excedentes e exploração, salientando que:

Foi o processo de industrialização, visando à substituição de importações, que reproduziu a divisão na estrutura do aparelho produtivo, caracterizado pela coexistência de indústrias em capital, para atender a minoria modernizada, com atividades tradicionais (rurais e urbanas) atendendo a massa da população e aos mercados estrangeiros.... Além disso, tendo em conta que a dependência é permanentemente reforçada através da introdução de novos produtos cuja produção requer o uso de técnicas mais sofisticadas e maiores níveis de acumulação de capital, torna-se evidente que a industrialização só irá avançar se a taxa de exploração aumentar, isto é, se a distribuição de renda continua a se concentrar (FURTADO, p.10-11, 1973)

A existência de uma classe dominante ligada ao consumo de padrões semelhantes aos dos países onde o nível de acumulação de capital foi muito maior, foram orientadas para uma cultura com foco no progresso técnico e tornou-se o fator fundamental na evolução dos países periféricos (idem).

As antigas colônias emergem como países em desenvolvimento, que por sua vez são dependentes com uma fraca e tardia evolução perante países capitalistas vantajosamente industrializados. Essas características socioeconômicas tendem a não evoluir por entraves ou obstáculos estruturais, “de âmbito interno de unidades geopolíticas” (PEREIRA, p. 54, 1975).

O que constitui a natureza do subdesenvolvimento não necessariamente tem que ser uma fase *sine qua non* de formação das economias capitalistas, mas sim, estudar a forma de como se caracterizou a sua formação, para assim, debater a deturpação a que se submeteram os países com relação às tendências capitalistas, destacando essa relação com os aspectos sociais, culturais e políticos.

É nesse conjunto de relações, que Furtado (1974) forma sua ideia de subdesenvolvimento abordando tanto os impactos econômicos como também as dimensões culturais, procurando nessa análise econômica do método histórico, aproximar a discussão dos problemas de economias que não se desenvolveram. Explica, assim, “numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social” (FURTADO, p. 19, 1961).

Percebe-se então que sua teoria se justifica quando afirma que “O subdesenvolvimento é, pois, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, p. 180, 1961).

Entendemos que o desenvolvimento não pode ser visto como um problema estritamente econômico, social, cultural ou político, pois possui uma interação tanto econômica quanto social e

cultural, ou seja, que é decorrente de um conjunto de fatores societários que se inter-relacionam entre si.

A situação decorrente da dependência econômica<sup>2</sup>, cultural e social, é apontada como causa do subdesenvolvimento e marginalização, referindo-se às dificuldades que as comunidades têm para a passagem ao desenvolvimento, a integração social e econômica, nesse sentido, o desenvolvimento seria o instrumento para que a comunidade alcance a participação nos setores sociais nas diversas regiões.

Assim, a capacidade de um país em criar riqueza, sua capacidade de oferecer uma educação adequada à sua população e de proporcionar-lhes oportunidades de vida são apenas alguns indicadores do desenvolvimento de um país, de uma nação ou de um povo. A integração social pode ser uma das alternativas que um povo deve buscar como via de desenvolvimento.

As teorias contemporâneas que examinam as razões do subdesenvolvimento apontam para algumas causas marcantes nos países latino-americanos tais como os seguintes fatores: a democracia, corrupção, cultura e psique nacional, as tensões étnicas, atraso tecnológico, a história do colonialismo, a divisão internacional do trabalho e a integração das economias nacionais em um sistema global. (ARNDT, 1981)

Baseado em tais considerações, pode-se entender por desenvolvimento a evolução na melhoria quanti-qualitativa das condições de vida da sociedade. A partir do século XX, esta ideia tomou um novo formato com a participação do Estado, incentivando gastos como meio de provocar o crescimento da economia. Além disso, as mudanças tecnológicas aceleradas formaram uma interpretação distinta no período pós-guerra, onde a escola pós-keynesiana deu o sentido imaginativo de que o futuro do desenvolvimento continua apoiado nessa base tecnológica promovendo o consumo crescente e a situação de bem-estar.

O estado de subdesenvolvimento de uma nação não tem um marco de referência que o identifique, pois deve-se conhecer seu passado econômico e sua trajetória social. O maior problema é que as principais referências históricas se ocupam de países que já possuem um estágio avançado de desenvolvimento e não de regiões coloniais desprovidas de recursos naturais abundantes e técnicas modernas capazes de promover o desenvolvimento econômico e social. Esta é a principal razão para que a base teórica desta temática tenha sua origem na experiência histórica dos países avançados capitalistas europeus e da América do Norte (GUNDER FRANK, 1966).

---

<sup>2</sup> A dependência econômica significa a relação econômica desigual das economias nacionais dos diferentes países, sobre a base de sua desigual participação na divisão internacional capitalista do trabalho.

Para o mesmo autor a maioria dos estudos que estão voltados para o desenvolvimento e subdesenvolvimento foram mal sucedidos em explicar a estrutura do desenvolvimento do sistema capitalista como um todo, levando em consideração a geração simultânea de subdesenvolvimento em alguns lugares e desenvolvimento econômico em outros. Assim:

É geralmente aceito que o desenvolvimento econômico ocorre numa sucessão de etapas capitalistas e que os atuais países subdesenvolvidos ainda estão em um palco, por vezes descritos como uma etapa histórica original, pelo qual as nações desenvolvidas atuais já passaram. No entanto, o conhecimento mais modesto da história mostra que o subdesenvolvimento não é original ou tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se assemelham de alguma forma importante, ao passado dos países atualmente desenvolvidos. Os atuais países desenvolvidos nunca tiveram subdesenvolvimento, mas poderiam ter sido pouco subdesenvolvidos. Também é amplamente conhecido que o subdesenvolvimento dos países contemporâneos pode ser concebido como um produto ou como um reflexo de suas características próprias ou de estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. Mas, a pesquisa histórica mostra que o subdesenvolvimento contemporâneo, em grande parte, é o produto histórico da economia passada e atual e de outras relações entre os satélites subdesenvolvidos e os atuais países metropolitanos desenvolvidos. Além do mais, essas relações são uma parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista mundial como um todo (GUNDER FRANK, p. 30, 1966).

As perspectivas históricas apontam de forma errada que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos poderá ser estimulado pela difusão do capital, porém, pela apresentação de características divergentes em termos de renda, cultura, história própria, estrutura e dinâmica independente entre eles, o desenvolvimento poderá ocorrer na atualidade de forma independente dessas relações de difusão (idem).

A obrigação da história econômica é observar com sensibilidade os padrões de valores, hábitos e estruturas de cidades diferentes, buscando-se identificar se a teoria é aplicável em outros tempos e outros espaços (MEZA, 2006).

O subdesenvolvimento de um país não pode ser visto como um atraso histórico em relação aos países desenvolvidos, nem se deve considerar este país como de desenvolvimento tardio, em relação ao próprio capitalismo, por condições diversas de seus fatores de produção ou como uma etapa necessária para o desenvolvimento. O subdesenvolvimento é o produto da ação das leis do modo de produção capitalista.

Apesar dessa visão Gunder Frank (1966) aponta que, em grande parte o desenvolvimento ocorre nas relações capitalistas de grande influência de dominação e outras de produção através da reprodução capitalista, embora o alcance e a dinâmica desse capitalismo tenha sua essência nas

condições do desenvolvimento não de capital tardio, mas de levar em conta a ausência de condições no desenvolvimento do capitalismo na periferia.

O subdesenvolvimento geralmente é vinculado a situações privilegiadas que ocupam alguns países que representam uma pujante economia a nível mundial, sendo que o desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos são as antigas colônias ou países dependentes que apresentam um fraco desempenho econômico em relação comparativa com os países altamente industrializados.

Baseado nessas considerações, Nobre (2000) comenta que os componentes fundamentais para abordar o desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países, aponta o subdesenvolvimento como consequência do processo histórico dominado pela lei do modo de produção capitalista, cuja expansão assinala um problema global iminente sobre a humanidade. Entre eles: os níveis de desemprego, miséria e analfabetismo.

Admitimos como verdadeiro de que o domínio do capitalismo liberal no mundo criou um sistema peculiar de desigualdades e assimetrias entre países e regiões, enquanto um conjunto de situações está mostrando sua própria deterioração, o que justifica a inevitabilidade de desequilíbrios de crescimento, diante disso, a ideia de desenvolvimento regional, seja qual for o espaço, deverá ter suas bases de auto sustentabilidade devendo ser destacadas as relações sociais de equidade, o aspecto econômico na distribuição de renda e as relações ecológicas relacionadas à influência no meio ambiente, como pilares de sustentação para o desenvolvimento.

### **Desenvolvimento Regional**

As diferenças de crescimento econômico entre as regiões é um processo que relaciona a possibilidade que as mesmas têm de participar da economia em função da potencialidade, da combinação dos recursos que possui e da capacidade de desenvolver atividades econômicas. Por conseguinte, nem todas as regiões têm a mesma capacidade de desenvolvimento e, como resultado dessa situação, podem provocar impacto direto na qualidade de vida da população que nela mora, afetando seus padrões de vida.

A capacidade de poder internalizar o próprio crescimento econômico depende de certa forma, da capacidade de organização, o que pode ser chamado de “dinâmica interna regional” que poderá ser indispensável para gerar o processo de crescimento, referindo-se ao bom uso dos recursos naturais, às políticas públicas com a sustentação técnica e monetária, unidas a “capacidade de organização social da região” (BOISIER, 1980, p. 261).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica apresentada neste trabalho permitiu tornar compreensível a visão entre os termos crescimento e desenvolvimento econômico, fortemente ligado às situações de desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países ou regiões, enfatizando os fundamentos históricos que identificam os desequilíbrios estruturais dos países e suas conexões vinculadas ao progresso técnico, assim como, as raízes históricas culturais do subdesenvolvimento.

Os enfoques teóricos sobre o crescimento e desenvolvimento econômico, apontam para os desníveis regionais, dispersão de crescimento e a potencialidade das regiões para recombina recursos produtivos como pontos que oportunizam a reflexão sobre as disparidades da dinâmica regional, o que define as diferenças remanescentes entre países e regiões.

## REFERÊNCIAS

ARNDT, H. W. “**Economic development: A semantic history**”. Economic Development and Cultural Change, vol. 29, n° 3, abr. 1981. Conference of Latin Americanist Geographers, 1976, North Carolina.

BOISIER, S. **Técnicas de análisis Regional con información limitada**. Santiago de Chile, ILPES, 1980.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.

FURTADO C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro: Paz e Terra (2000).

\_\_\_\_\_. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural**. 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. (2004) “**Os desafios da nova geração**”. Revista de Economia Política 24(4): 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1961.

\_\_\_\_\_. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUNDER, Frank A. **El Desarrollo del Subdesarrollo**. Monthly Review, 1966.

MEZA, Josué. ULACIT, 2006. <http://www.auladeeconomia.com/biografias-solow.htm> extraído em 3/2/2011.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: 2ª. ed. Editora saga, 1968.

NOBRE, Luiz. **Movendo Ideias**, Belém, v. 5, n . 8, p .67 - 71, dez. 2000

PEREIRA, Luiz. **Ensaio de sociologia do desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.

RABELO, Margarita García. **La perspectiva crítica sobre desarrollo y subdesarrollo, 2004**. (Apresentação em evento científico, Marxismo no século XXI).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOLOW, Robert. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, 70, fevereiro 1956.